

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 10/12/2015

- [Judiciário de PE realiza 1ª videoconferência num processo de adoção internacional](#)
- [África Subsaariana tem as mais elevadas taxas de casamento infantil](#)
- [Aprovada PEC que prevê licença maternidade maior para mães de bebês prematuros](#)
- [Juízes conhecem sistema para adoção de crianças no Rio de Janeiro](#)
- [Grávidas devem evitar repelentes caseiros contra vírus Zika](#)
- [PF e Interpol se unem para combater pornografia infantil em Pernambuco](#)
- [Governador do DF assina projeto de lei que prioriza crianças de até 6 anos](#)
- [OMS cria lista de verificação para reduzir mortes de mães e recém-nascidos durante trabalho de parto](#)
- [UNICEF vai proteger do inverno rigoroso 2,6 milhões de crianças afetadas pelo conflito na Síria](#)

Assunto: Judiciário de PE realiza 1ª videoconferência num processo de adoção internacional

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 10/12/2015



Coordenadoria da Infância e Juventude promoveu o encontro a distância de cinco irmãos com os pretendentes à adoção por meio do Programa Conhecer Virtual, que visa facilitar vínculo afetivo

A Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CIJ-PE) iniciou nesta segunda-feira (7/12) o projeto Conhecer Virtual. A iniciativa tem como proposta realizar encontros por videoconferências entre crianças e adolescentes e os pretendentes à adoção com o objetivo de construir um maior vínculo afetivo recíproco dos envolvidos no processo antes do estágio de convivência obrigatória à ação. A primeira

reunião virtual aconteceu entre cinco irmãos, com idade entre dois e 11 anos, da Comarca de Paulista, e três casais de italianos, residentes no país de origem.

Os três casais de pretendentes à adoção se conhecem e informaram o desejo de manter a convivência dos cinco irmãos na Itália. Durante a videoconferência, as crianças se mostraram curiosas quanto ao que iam encontrar no novo país e os adotantes revelaram a alegria de poder conhecê-los. O momento foi marcado por expectativa, emoção e sorrisos.

A reunião virtual foi uma oportunidade não só para esse primeiro contato entre os inseridos no processo, mas também para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos referentes à adoção, repassar informações relevantes sobre as crianças e orientar os adotantes sobre como proceder no período de convivência familiar.

A primeira videoconferência foi realizada na Sala de Depoimento Acolhedor no Centro Integrado da Criança e do Adolescente do Estado (Cica-PE), no Recife. O sistema foi implantado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal (Setic), utilizando o Programa Lync, tecnologia que assegura o absoluto sigilo na transmissão de dados. Os equipamentos para a videoconferência foram também instalados nas Salas de Depoimento Acolhedor de Caruaru e Petrolina. O desenvolvimento da tecnologia começou no final de 2014.

A ideia de implantar o projeto em Pernambuco surgiu a partir do sucesso da iniciativa obtido no Paraná e na Bahia. Nesses dois estados, a videoconferência é usada exclusivamente para adoção internacional, utilizando-se o sistema de conversação à distância Skype. A meta da CIJ-PE é expandir a iniciativa também para a adoção nacional realizada no Estado, sendo pioneiro nesse sentido. A primeira etapa será, no entanto, mais direcionada à adoção internacional, através do Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (Ceja-PE), serviço responsável pela realização das adoções internacionais no Estado.

Segundo a pedagoga da Ceja-PE Priscila Barcellos, o momento agora é de divulgação do projeto em todas as Varas da Infância e Juventude de Pernambuco. "Estamos divulgando para todos os profissionais da Infância e Juventude a importância desse primeiro contato, antes do período de estágio de convivência obrigatório de 30 dias, na conquista de um maior sucesso do processo de adoção", revela.

De acordo com a psicóloga da Ceja-PE Maria Tereza Vieira de Figueiredo, a construção desse vínculo inicial pode contribuir para reduzir a possibilidade do surgimento de um sentimento de rejeição ou estranhamento ao adotado ou ao adotante num segundo momento. "Antes, os adotantes só podiam ver as crianças



Videoconferência ocorreu na Central de Depoimento Acolhedor do Recife, ambiente especialmente desenvolvido para garantir bem-estar das crianças e adolescentes

ou adolescentes por foto na etapa anterior ao estágio e à sentença de adoção. Não tinham oportunidade de conhecer a forma como eles se expressam e um pouco da sua personalidade. Acho que esse conhecimento prévio e a familiaridade construída a partir disso vai ajudar muito na convivência posterior", avalia.

Ao final da videoconferência, o coordenador da Infância e Juventude de Pernambuco, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, revelou seu entusiasmo com mais essa etapa vencida do projeto. "É uma iniciativa que busca assegurar o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes. Tenho esperança de que esse projeto possa ser expandido para todo o País por meio da Corregedoria Nacional de Justiça", afirma.

Participaram da primeira videoconferência, além dos adotantes e das crianças, representantes da CIJ-PE, Ceja, da Setic e da Il Mandello, entidade credenciada na Itália que atua como intermediadora para a realização de adoção internacional.

O texto integral do Projeto Conhecer Virtual pode ser conferido no site do TJPE no link Infância e Juventude, no sublink Coordenadoria e no título Publicações. Neste link, o público terá acesso ao Projeto, diagramado no formato de cartilha e editado por meio da parceria entre a CIJ e o Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

Assunto: África Subsaariana tem as mais elevadas taxas de casamento infantil

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/12/2015



A organização Human Rights Watch (HRW) pediu hoje (10) aos governos africanos que coordenem ações, principalmente com líderes religiosos, a fim de melhorar leis e conscientizar a população para acabar com o casamento infantil, que só na África Subsaariana afeta 40% das menores.

Apesar de os tratados de direitos humanos e da mulher e da criança, acordados pelos Estados africanos, estabelecerem que a idade mínima para contrair matrimônio deve ser os 18 anos, o continente continua a apresentar as mais elevadas taxas de casamento infantil.

“Não há uma solução única para acabar com o matrimônio infantil. Os governos africanos devem comprometer-se a realizar uma mudança integral, que inclua uma reforma jurídica, assim como o acesso à educação de qualidade, à informação e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva”, afirmou a pesquisadora da organização HRW na África, Agnes Odhiambo.

A propósito do Dia Internacional dos Direitos Humanos, a organização divulgou relatório em que alerta para os riscos a que estão expostas as menores, intitulado Acabar com o matrimônio infantil na África: abrindo às crianças as portas da educação, saúde e proteção contra a violência”.

Com o casamento, explica, termina a educação da criança, que fica exposta à violência doméstica e sexual e aumenta os riscos de morte por maternidade precoce ou por HIV.

Embora muitos fatores contribuam para o matrimônio infantil, a pobreza figura como um dos principais motivos. A família vê no casamento precoce uma forma de sobrevivência econômica, ao ficar com menos um filho para alimentar ou educar.

Segundo a HRW, pelo menos 20 países africanos permitem que as meninas se casem antes dos 18 anos, por meio de leis que contemplam exceções em caso de consentimento dos pais.

A falta de acesso à educação também pode contribuir para o casamento infantil, assim como as crenças tradicionais sobre os papéis de gênero, que continuam a subordinar meninas e mulheres.

“Os funcionários do governo não podem obter uma mudança sozinhos, devem trabalhar com os líderes religiosos e da comunidade que desempenham papel influente na definição das normas sociais e culturais”, disse Odhiambo.

Segundo estimativas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), caso não ocorram avanços no plano da prevenção do matrimônio infantil, o número de meninas casadas na África vai aumentar de 125 milhões para 310 milhões em 2050.

Assunto: Aprovada PEC que prevê licença maternidade maior para mães de bebês prematuros
--

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 10/12/2015



O plenário do Senado aprovou hoje (9) o aumento da licença maternidade em casos de bebês prematuros. Pelo texto aprovado, as mães poderão ficar afastadas do trabalho por tempo superior ao previsto atualmente para licença maternidade, que é de quatro meses obrigatoriamente.

Assim, o tempo da licença de 120 dias começará a contar a partir da alta hospitalar e não do nascimento do bebê como ocorre com crianças saudáveis. O benefício vale para crianças nascidas entre a 20ª e a 30ª semana de gestação. Fica estabelecido também que o tempo máximo de licença será de 12 meses, sendo oito de internação e quatro de licença.

A proposta, de autoria do senador Aécio Neves (PSDB-MG), foi aprovada por unanimidade em primeiro e segundo turno e segue agora para análise da Câmara dos Deputados. O texto foi aprovado por unanimidade no Senado.

Assunto: Juízes conhecem sistema para adoção de crianças no Rio de Janeiro

Fonte: CNJ

Data: 10/12/2015

CNJ



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) realizou, na sexta-feira (4/12), reunião com os juízes das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso para apresentar o Sistema Quero uma Família, desenvolvido pelo Ministério Público. O sistema armazenará dados de crianças em condições de adoção, mas que fogem ao perfil tradicional idealizado pelas famílias, seja pela faixa etária ou por serem portadoras de doenças.

O projeto oferece aos magistrados um importante instrumento de trabalho, de acordo com a coordenadora da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (Cevij), juíza Raquel Santos Pereira Chrispino. São eles que vão autorizar o cadastramento das crianças e adolescentes no sistema e também dar autorização à consulta das famílias interessadas na adoção.

“Será possível dar maior visibilidade às crianças e adolescentes acolhidas nos abrigos. O sistema permite uma visita virtual pelos interessados na adoção. Eles receberão uma senha e serão estimulados a acessar o sistema, passando a ter contato com uma realidade diferente sobre as crianças que esperam a adoção”, disse a magistrada.

Cadastrados - O projeto é idealizado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do MP. Serão cadastrados no sistema as crianças e adolescentes nas seguintes condições: orfandade, de pais desconhecidos, de pais que perderam o poder ou que tenha havido decisão liminar determinando a colocação em família substituta, além dos portadores de doenças.

Assunto: Grávidas devem evitar repelentes caseiros contra vírus Zika

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 10/12/2015



Com o aumento de casos de microcefalia no país, relacionados ao vírus Zika, a coordenadora do ambulatório de microcefalia do Hospital Oswaldo Cruz, Regina Coeli, recomendou que grávidas usem repelentes para evitar que sejam picadas pelo mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus.



Infectologista recomenda que grávidas usem repelentes para não serem picadas pelo mosquito transmissor do vírus Zika. Mas os repelentes caseiros devem ser evitados

O Hospital Oswaldo Cruz tem centralizado o atendimento aos pacientes com Zika em Pernambuco, estado que registra o maior número de casos de microcefalia, com mais de 800. Em uma palestra no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) na manhã de hoje (10), a médica alertou que as gestantes busquem usar os repelentes do tipo deet e icaridina e evitar os repelentes caseiros, pois não têm comprovação científica de serem eficazes.

Em uma palestra no Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) na manhã de hoje (10), a médica alertou que as gestantes busquem usar os repelentes do tipo deet e icaridina e evitar os repelentes caseiros, pois não têm comprovação científica de serem eficazes.

"A gente orienta que os repelentes caseiros não têm nenhuma conotação científica", disse.

A diferença entre o deet e o icaridina, segundo Regina Coeli, é o tempo de intervalo para o uso. Enquanto o deet deve ser passado aproximadamente de três horas em três horas, o icaridina pode ter intervalos de oito a dez horas. Em dias quentes, os períodos de reposição devem ser menores por causa do suor.

Amamentação - A infectologista destacou também que a detecção de vírus Zika não é motivo para as mães interromperem a amamentação, pois o vetor de transmissão da doença é o mosquito. Outro mito que a médica desmentiu foi a associação de que vacinas para gestantes pode causar a doença. "Todas as vacinas dadas às gestantes são seguras".

Como ainda não existe exame específico para detectar o vírus, a confirmação dos casos tem ocorrido por meio do PCR, atualmente o exame mais confiável para o diagnóstico e deve ser feita o mais cedo possível. Regina Coeli recomenda que as gestantes com manchas vermelhas no corpo procurem imediatamente o obstetra para que o exame seja realizado nos primeiros três a cinco dias. Além das manchas, a gestante também pode ter febre.

"Antes de qualquer coisa, é preciso se tranquilizar. Nem toda manchinha vai ser infecção pelo Zika e vai provocar microcefalia. Pode ser um quadro alérgico, por exemplo".

Em caso de diagnóstico do Zika durante a gestação, a coordenadora orienta que o ultrassom seja feito um mês depois do surgimento da doença, pois antes desse período é difícil identificar efeito do vírus. O ultrassom mais conclusivo se dá entre a 32ª e a 35ª semanas de gestação.

"Não há necessidade de fazer ultrassom todo mês. Se você tem a infecção, espere pelo menos um mês para fazer o ultrassom. E se, em um mês, foi normal, entre a 32ª e a 35ª semanas, faça um novo ultrassom".

A associação entre a microcefalia e o vírus Zika, reconhecida pelo Ministério da Saúde, ocorre somente nos primeiros quatro meses de gestação, explica Regina Coeli. Ainda não há informações suficientes, segundo ela, para confirmar uma relação entre o contágio por Zika nas semanas seguintes e problemas de saúde no bebê.

A médica destacou que é preciso dar acolhimento a mães, que estão com muitas dúvidas e nervosismo. "As mães chegam muito exauridas do ponto de vista psicológico. A gente tem que dar muito amor a essas crianças".

Assunto: PF e Interpol se unem para combater pornografia infantil em Pernambuco

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 10/12/2015



Ação acontece no Brasil e em outros 14 países.

A Polícia Federal em Pernambuco participa, na manhã desta quinta-feira (10), de uma operação de repressão ao armazenamento e distribuição de pornografia infantil. Coordenada pela unidade regional da Interpol em Buenos Aires (Argentina), a operação Sem Fronteiras, acontece no Brasil e em outros 14 países, entre eles, Argentina, Chile, México, Panamá, Espanha, Estados Unidos e Uruguai.

De acordo com a PF, no Brasil, estão sendo cumpridos 11 mandados de busca e apreensão, sendo três em Pernambuco, quatro no Ceará, dois no Distrito Federal e dois em Minas Gerais. No Estado, estão sendo investigados casos nos bairros do Cabanga e Ibura, no Recife, e no Cabo de Santo Agostinho.

Durante o cumprimento do mandado de busca no bairro do Cabanga, um homem de 37 anos foi preso por compartilhar foto e vídeo de pornografia infantil, mas pagou fiança de R\$ 1.000 reais e responderá ao processo em liberdade. Segundo a polícia, o suspeito trabalha como auxiliar de serviços gerais de um hospital do Recife.

"A Interpol de Buenos Aires identificou que vários países estavam envolvidos em uma rede de compartilhamento de conteúdo pornográfico infantil. Estão sendo investigados desde os consumidores desses conteúdos, até os produtores", explica o chefe de Comunicação Social da PF em Pernambuco, Giovani Santoro. Ao todo, 20 policiais federais de Pernambuco participam da ação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê pena de um a quatro anos de prisão para o crime de posse ou armazenamento. A penalidade aumenta de três a seis anos de detenção para o crime de compartilhamento, além de multa de valor determinado pelo juiz.

Assunto: Governador do DF assina projeto de lei que prioriza crianças de até 6 anos

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 10/12/2015



Em cerimônia no Palácio do Buriti, o governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, assinou, na manhã desta segunda-feira (7), projeto de lei que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a crianças de até 6 anos.

O Distrito Federal é a primeira unidade da Federação a propor uma legislação específica para a garantia integral dos direitos da primeira infância. Na Educação, por exemplo, algumas das prioridades da pasta serão o atendimento em creches e na pré-escola; na Saúde, o aleitamento materno, o pré-natal e a pediatria.

De acordo com o chefe do Executivo, é importante que os órgãos do governo unam-se em prol da população dessa faixa etária. “O projeto organiza e transforma em prioridade todas as políticas públicas voltadas à primeira infância para que a gente tenha os órgãos articulados.”

O secretário de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Aurélio Araújo, ressaltou que o PL prevê o interesse superior à criança, já que coloca em foco os direitos delas como fundamentais. “Ele reforça a prioridade da primeira infância no sentido de garantir que essas políticas sejam direcionadas aos meninos e às meninas do Distrito Federal.”



No evento, também estiveram presentes a colaboradora do governo Márcia Rollemberg, esposa do governador; o chefe da Casa Civil, Sérgio Sampaio; o secretário de Mobilidade, Marcos Dantas; e os deputados distritais Luzia de Paula (Rede), Israel Batista (PV). A cerimônia também teve a participação de crianças de quatro escolas públicas das regionais de Ceilândia, do Cruzeiro, do Plano Piloto e do Riacho Fundo II, que levaram cartazes com reivindicações ao governador. O grupo de contadores de histórias Associação Amigos das Histórias fez uma apresentação.

Assunto: OMS cria lista de verificação para reduzir mortes de mães e recém-nascidos durante trabalho de parto

Fonte: ONU

Data: 10/12/2015



A Lista de Verificação para o Nascimento Seguro reduz as mortes evitáveis relacionadas ao trabalho de parto. Entre os 130 milhões de partos anuais, 2,7 milhões resultam em morte de recém-nascidos.



A lista permite que parteiras e enfermeiras confirmem se todos os passos foram tomados para evitar mortes evitáveis de grávidas, no pós-parto e dos recém-nascidos

das primeiras 24 horas depois do nascimento do bebê”, afirmou a OMS, ressaltando que a maioria dessas mortes são evitáveis.

“A Lista de Verificação para o Nascimento Seguro da OMS irá contribuir para que os profissionais de saúde sigam os padrões de tratamento essencial para qualquer parto”, afirmou a diretora-geral adjunta da OMS para Sistemas de Saúde e Inovação, Marie-Paule Kieny. Segundo a organização, a lista foi lançada de forma piloto em nove países na África e Ásia.

Entre os mais de 130 milhões de trabalhos de parto que acontecem anualmente, cerca de 303 mil provocam morte materna; 2,6 milhões geram aborto espontâneo e outros 2,7 milhões resultam em morte da criança durante seus primeiros 28 dias de vida. A maioria dessas mortes ocorre em lugares de baixos recursos, frequentemente com falta de parteiros qualificados, de acordo com a OMS.

Entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) firmados em setembro, está a meta de reduzir significativamente o número de mortes maternas e de recém-nascidos até 2030.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou na sexta-feira (4) a Lista de Verificação para o Nascimento Seguro e Guia de Implementação, que abrange as maiores causas de mortes maternas e de recém-nascidos, além das complicações de parto, como infecção, hemorragia pós-parto e trabalho de parto interrompido, auxiliando na prevenção desses óbitos.

“Mundialmente, a maioria das mortes maternas e de recém-nascidos acontecem por volta do período de parto, geralmente dentro

Assunto: UNICEF vai proteger do inverno rigoroso 2,6 milhões de crianças afetadas pelo conflito na Síria

Fonte: ONU

Data: 10/12/2015



Pacote de assistência às crianças sírias vai levar roupas, cobertores e aquecedores para famílias na Síria e em países vizinhos. Ataques aéreos a estruturas civis têm colocado população em risco.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) anunciou, nesta terça-feira (8), que lançará um pacote de assistência para atender a 2,6 milhões de crianças sírias afetadas pelo conflito no país. O plano da agência da ONU pretende levar mais auxílio para os jovens, que devem enfrentar riscos ainda maiores com a chegada do inverno na região, onde são esperadas temperaturas de até -13°C em áreas montanhosas, além de tempestades e nevascas, durante os meses de dezembro e janeiro.



Criança no campo Tesreen, em Aleppo

Na Síria, mais de 3 milhões de crianças são consideradas internamente deslocadas. Na Turquia, no Líbano, na Jordânia, no Iraque e no Egito, estima-se que 2,2 milhões de jovens vivam como refugiados. Durante o inverno, essa faixa etária da população “possui um maior risco de desenvolver infecções respiratórias no clima frio e, tragicamente, ela também corre perigo quando as famílias queimam plástico ou outros materiais tóxicos dentro de abrigos para se aquecerem”, explicou o diretor regional do UNICEF para o Oriente Médio e o Norte da África, Peter Salama.

De acordo com a agência da ONU, os recursos financeiros das famílias afetadas pelo conflito estão esgotados após cinco anos de crise na Síria, o que dificulta a compra de casacos e vestimentas adequadas para o inverno. A agência da ONU vai priorizar populações internamente deslocadas ou em áreas de difícil acesso.

O pacote do UNICEF incluirá a distribuição de roupas, cobertores e aquecedores escolares para até um milhão de crianças dentro do país. O programa também vai contar com o fornecimento de cupons que permitirão às famílias adquirir os bens necessários para suportar

a estação. Outros 100 mil jovens devem ser assistidos por iniciativas da Jordânia e da Turquia na fronteira do país. A transferência de dinheiro e renda é o mecanismo central de resposta da agência da ONU ao inverno nessas duas nações e também no Líbano e no Iraque.

Fronteiras abertas

Na véspera do anúncio do UNICEF, na segunda-feira (7), a secretária-geral assistente para Assuntos Humanitários, Kyung-wha Kang, havia expressado sua preocupação quanto aos sírios que fugiam da guerra e permaneciam nos limites do país com a Jordânia.

Durante uma visita de cinco dias à Jordânia e Turquia, a representante do Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) pediu mais proteção os civis, vítimas de ataques aéreos recorrentes a instalações médicas e ao restante da infraestrutura civil que permanece operando nas zonas de conflito.

“A violência e a destruição são incessantes, depositando um fardo terrível sobre mulheres e meninas, homens e garotos”, afirmou. Na opinião de Kang, “as partes do conflito demonstram pouca consideração pelas normas básicas da guerra”. Bombardeios aéreos repetidos têm destruído hospitais e matado profissionais de saúde e pacientes.

Ela agradeceu a hospitalidade e generosidade das autoridades e do povo turco e jordaniano, que se referem aos sírios como irmãos e irmãs, e pediu a ambos os países para permanecerem com as fronteiras abertas para todas aquelas famílias que continuam a fugir do conflito.